
	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CONTRATO N.º 023/2020/FSCMP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 030/2019/FSCMP

CONTRATO DE COMPRA DE MATERIAL TÉCNICO HOSPITALAR (BOLSAS, CURATIVOS, CLIPS E PLACAS), QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA CREMER S.A., NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:

A **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.929.345/0001-85, sediada na Rua Oliveira Belo, n.º 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380, representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM n.º 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 671.646.922-20, residente e domiciliada nesta cidade de Belém/Pará, na Av. Gentil Bitencourt, 46, Ed. Palais La Rochelle, Bairro Batista Campos, CEP: 66.015-140, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CREMER S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.641.325/0021-61, estabelecida na Av. Das Quaresmas, 200 Pouso Alegre/MG, CEP: 37.550-000, Telefone: (47) 2123-8145 / (16) 2101-9401 Ramal 9635 (Licitação), neste ato por seu representante legal, **Sr. ANDERSON FRANCISCO MANOEL**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.547.349-07, portador da cédula de identidade n.º 4.054.133-9, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, este Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP n.º 030/2019/FSCMP, nos autos do processo administrativo n.º 87/2019, e-protocolo n.º 2019/105986, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL



1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 030/2019/FSCMP e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer n.º 093/2019 – AJUR, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1- O presente contrato tem como objeto a Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas) de acordo com o Memo. n.º 17/2019 – GLOG/FSCMP, Proposta da CONTRATADA e conforme discriminação abaixo:

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	CURATIVO HIPOALERGENICO, ESTERIL, 7CM X 8,5CM: COMPOSTO DE UM FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO, SEMIPERMEAVEL A VAPOR, IMPERMEAVEL A AGUA, COM SISTEMA DE APLICAÇÃO, COM MOLDURA, BORDAS REFORÇADAS POR TIRAS DE POLIESTER NÃO TECIDO, RECORTE EM V, BARREIRA BACTERIANA E VIRAL E COM BOA ADERÊNCIA. A EMBALAGEM PRIMARIA E INDIVIDUAL DEVERA CONSTAR TIPO DE ESTERILIZAÇÃO NOME E MARCA DO PRODUTO, FORNECEDOR E ENDEREÇO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	UND	CREMER	3.000	1,53	4.590,00

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO



4.1- A CONTRATADA obriga-se a vender e entregar os produtos objeto deste contrato em parcelas, solicitados através de Nota de Empenho, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão e recebimento da Nota de Empenho, devendo ser obedecido o prazo de entrega previsto em edital, no endereço da CONTRATANTE sito à Rua Oliveira Belo, n.º 395, Bairro Umarizal, Belém-PA, CEP: 66050-380, na Gerência de Almojarifado Central, no horário de 8h às 15h, de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

5.1- O valor do presente contrato é de **R\$ 4.590,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Noventa Reais)** de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura.

5.2- Estão incluídos no preço referente a venda dos produtos todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes e demais despesas necessárias a satisfatória venda dos mesmos.

5.3- Em caso de prorrogação de prazo, o valor do Contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 40, XI, e art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1- O pagamento será efetuado através de transferência bancária a ser efetivada para a conta corrente da CONTRATADA, a ser informada na oportunidade da entrega do produto, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos por parte da CONTRATANTE, da entrada da Nota Fiscal da CONTRATADA na Gerência Financeira da CONTRATANTE. Caso haja erros na quantidade ou na qualidade do produto entregue pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o pagamento dos produtos até a regularização das pendências da entrega, caso em que a CONTRATADA não terá direito a atualizações monetárias em seu pagamento.

6.2- Caso a conta bancária da CONTRATADA informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARA será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

6.3- Caso haja alguma irregularidade detectada pela CONTRATANTE na quantidade ou especificação dos produtos entregues pela CONTRATADA aquela reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências apontadas hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

6.4- Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo comprovar a sua atual regularidade com das fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS. Caso haja alguma irregularidade seja detectada pela CONTRATANTE, esta reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências verificadas, hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

6.5- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido pela CONTRATANTE deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data de efetivo pagamento, a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100)^{365}$$

N = Numero de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1427.8288;

FONTES DE RECURSOS: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653;

ELEMENTO DE DESPESA: 339030;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



8.1- São responsabilidades da CONTRATADA:

- 8.1.1- Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos;
- 8.1.2- Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue;
- 8.1.3- A entrega do objeto deve ser com nota fiscal eletrônica de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).
- 8.1.4- A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Contrato e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação do erro.
- 8.1.5- Fornecer produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e especificações;
- 8.1.6- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.
- 8.1.7- Aceitar na mesma condições contratual, o acréscimo ou supressão que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente licitado, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 8.1.8- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1.1- Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, às especificações constantes neste Contrato;
- 9.1.2- Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega dos materiais, para que sejam adotadas as medidas corretivas no prazo de cinco dias úteis;
- 9.1.3- Proceder o atesto das notas fiscais através da Gerência do Almoxarifado Central e CAF e encaminhar para pagamento;
- 9.1.4- Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) da CONTRATADA após a efetiva entrega do material.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS</p>	
<p>CONTRATO</p>		

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1- Conforme previsto no caput do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, combinado com o disposto no caput do artigo 11 da Lei Estadual n.º 6.474/2002, e artigo 29 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, o instrumento de Contrato administrativo decorrente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso assumido no presente certame, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF do Governo Federal, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas na cláusula seguinte e demais cominações legais;

10.2- O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme **previsto nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93**, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

10.2.1- Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa CONTRATADA apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;



10.2.2- Multa moratória:

a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

10.3- decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua rescisão;

10.4- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO

11.1- A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a rescisão, em conformidade ao disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e aplicações de sanções administrativas previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1- Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato;
- VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidente da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XII - a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV - a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

XVII - descumprimento da proibição Constitucional de manter menor de dezoito anos idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e a de dar qualquer trabalho a menores de dezesseis anos trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3- A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII desta cláusula;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

13.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

I - Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 030/2019/FSCMP.

II – Termo de Referência

III - Proposta da CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1- A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei Federal n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 70 da Lei n.º 8.666/93, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 71 da mesma Lei.

15.2- O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1- A fiscalização fica sob responsabilidade da servidora **Maria das Graças Tapembeck**, matrícula n.º 5175798-1, Enfermeira da Comissão de Prevenção e tratamento de feridas da CONTRATANTE, lotada na Gerência Geral de Enfermagem, utilizando-se para contato o telefone (91) 4009-2297.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
CONTRATO		

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1- O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1- Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2- E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Belém/PA, 23 de janeiro de 2020.



DR. BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

ANDERSON FRANCISCO MANOEL:00554734907
Assinado de forma digital por ANDERSON FRANCISCO MANOEL:00554734907
Dados: 2020.01.28 15:25:46 -03'00'

Sr. ANDERSON FRANCISCO MANOEL
REPRESENTANTE
CREMER S.A
CONTRATADA

DESIGNAR SERVIDOR**PORTARIA Nº 072/2020 – GAPE/GP/FSCMP, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864; CONSIDERANDO o Memorando nº 04/2020-ASCI/FSCMP, de 20/01/2020; RESOLVE:

DESIGNAR, o (a) servidor (a) MARCELENA TELES DE MORAES, Id. Funcional: 57232073/1, como AGENTE PÚBLICO DE CONTROLE desta Fundação, a contar de 01/01/2020, até ulterior deliberação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém – PA, 27 de janeiro de 2020.

BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519023**ERRATA****ERRATA DE PORTARIA****PORTARIA Nº 25/2020-GAPE/GP/FSCMP, DE 07/01/2020, PUBLICADA NO DOE Nº 34.084, DE 09/01/2020.**

Referente ao período de Licença Prêmio da servidora MARCIA RAMOS DA SILVA, matrícula nº 57192687/1, Técnica de Enfermagem.

ONDE SE LÊ: 03.02.2020 a 03.03.2020

LEIA-SE: 01.01.2020 a 30.01.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém – PA, 22 de janeiro de 2020.

BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519173**CONTRATO****CONTRATO: 023/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 4.590,00
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: CREMER S.A.
CNPJ/MF sob o n.º82.641.325/0021-61
Endereço: Av. Das Quaresmas, 200 Pouso Alegre/MG, CEP: 37.550-000
Telefone: 47 21238145
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519239**CONTRATO: 027/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 369.550,80
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA
CNPJ/MF sob o n.º05.049.432/0001-00
Endereço: Travessa Castelo Branco, 2028, Guamá, Belém/PA, CEP: 66.063-000
Telefone: 9132497794
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519245**CONTRATO: 024/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 95.400,00
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669,

0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: I.F.S NASCIMENTO & CIA LTDA EPP
CNPJ/MF sob o n.º63.872.493/0001-70
Endereço: Trav. Eneas Pinheiro, 875, Bairro da Pedreira, Belém/PA, CEP: 66.083-156 Telefone: 9132765116
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519240**CONTRATO: 022/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 28.000,00
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: BMD COMÉRCIO PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 09.603.161/0002-25
Endereço: Rua Alexandre Dumas, 2100, 02º/15º andar, Bairro Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP: 04.717-913
Telefone: 1135291800
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519235**CONTRATO: 026/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 17.010,00
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: POLAR FIX IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/MF sob o n.º02.881.877/0001-64
Endereço: Rua Ruzzi, 607, Sertãozinho, Mauá/SP, CEP: 09.370-850
Telefone: 1145128600
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519243**CONTRATO: 025/2020**

Exercício: 2020
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar (Bolsas, Curativos, Clips e Placas).
Valor: R\$ 56.700,00
Data de Assinatura: 23/01/2020
Vigência: 23/01/2020 a 23/01/2021
Pregão Eletrônico SRP n.º 30/2019/FSCMP
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1427.8288; Fontes de Recurso: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0669, 0669003264, 0349001885 E 0349006653; Elemento de Despesa: 339030;
Contratado: J J R VIANA EIRELI
CNPJ/MF sob o n.º41.480.591/0001-29
Endereço: Av. Brasil, lote 09, Quadra 01, Olho d'água, São Luis/MA, CEP: 65.065-070 Telefone: 9830894241
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 519242

**FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA
E HEMATOLOGIA DO PARÁ**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020**

A Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará – HEMOPA, nesta oportunidade representada pela Comissão Permanente de Licitação designada pela PORTARIA Nº 191/2019-AJUR/GAPRE/HEMOPA, de 01/04/2019, torna público que a 1ª sessão licitatória do Processo 2019/464351 - Pregão Eletrônico 003/2020, cujo objeto é aquisição de equipamento (Impressoras de pulseiras) e Material (Pulseiras de Identificação, para atender as necessidades do Ambulatório Hematológico da Fundação Hemopa (Hemocentro Coordenador), pelo período de 12 (doze) meses foi declarada FRACASSADA.